

INTRODUÇÃO

Nesta quinta-feira, 03/09/2020, após forte pressão da mídia e de setores do Congresso Nacional, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional para Reforma Administrativa com modificações sobre as normas de admissão e desligamento dos servidores públicos civis dos três poderes e das três esferas da federação. A proposta também modifica regras de gestão e orçamentárias.

Esta medida está contida em um plano de revisão de toda a política de recursos humanos do Estado, que será acompanhada por projetos de lei ordinária e complementar e alterações de regulamento.

O espírito da reforma é aumentar a flexibilidade na contratação e desligamento de servidores públicos, criação e extinção de cargos, órgãos e entidades, para possibilitar no futuro a redução da despesa com pessoal na Administração Pública.

Vejam os a seguir uma análise crítica, ainda que célere, dos principais pontos desta fase da Reforma Administrativa.

QUEM SERÁ ATINGIDO?

Para entendermos quem será atingido, temos que dividir os tipos de vínculos, os entes e poderes, e a data de ingresso, em todas as combinações da tabela a seguir.

Vínculo	Ente	Poder
Servidor Público Civil	Federal	Executivo
Membro de Poder	Estadual	Legislativo
Militar	Municipal	Judiciário

- Os **militares** estão em capítulo próprio da Constituição, e **não são atingidos em regra**, sendo mencionados apenas em adaptações pontuais de situações que remetem aos servidores em geral.
- Os **membros de poder** – Magistrados, Membros do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, Parlamentares e chefes do Executivo e seus Ministros e Secretários – **também estão excluídos das disposições em geral**. Portanto, situações como férias de 60 dias de magistrados e sua punição com aposentadoria compulsória integral não estão afetadas.
- Os **empregados públicos**, de qualquer ente federado, que já estejam em atividade, **são atingidos** pontualmente, como na **proibição de negociação coletiva que traga estabilidade** no emprego (art. 173, §7º) e pela idade de aposentadoria compulsória de 75 anos (art. 201, §16).
- Os **servidores públicos** das três esferas que **em atividade** ou que tomem posse até a regulamentação da PEC, **mantêm o direito à estabilidade** após 3 anos de estágio probatório, ao recebimento de **verbas** vedadas na PEC que estejam **regulamentadas em Lei**. Porém serão afetados por:
 - Regulamentação da **avaliação de desempenho** para fins de **demissão** por Lei Ordinária
 - Reorganização das Carreiras por Lei posterior
 - **Enfraquecimento** das suas **carreiras** pela eventual extinção de cargos vagos, extinção de órgãos por decreto, substituição por servidores contratados no novo regime. e não inclusão no grupo das **carreiras típicas de estado**.

○ Fim do Regime Jurídico Único

○ Regime Jurídico Único, determinado pelo art. 39 da Constituição da República, significa que os servidores públicos de um mesmo ente estarão submetidos a um conjunto básico isonômico de regras de admissão, demissão, afastamento, deveres e direitos. Com isto, busca-se manter um nível mínimo de prerrogativas da qual dispõe todos os servidores. Este regime faz sentido em consonância com o princípio do concurso público (art. 37, II) e da estabilidade (art. 41).

Estes dois princípios são expressões do princípio da impessoalidade, moralidade e legalidade, quanto à gestão de servidores públicos. Prestam-se a manter o agente a serviço da Lei e da Sociedade, protegendo o cargo das vontades particulares do mandatário.

Esta regra parte do pressuposto que toda atividade pública é de interesse geral, que o preenchimento deste cargo deve ser igualmente acessível a todos os brasileiros, sem preferência política e sem submissão ao patrimonialismo.

Mesmo a [Constituição de 1967](#) deixou de considerar a necessidade de estabilidade aos funcionários públicos (art. 99, §2º), ficando a violência da ditadura registrada nos processos de **demissão sumária autorizados pelo AI-5**, art. 6º, §1º.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados,

quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

A extinção do RJU com a criação de 5 (cinco) classes distintas de servidores públicos ensejará o enfraquecimento da democracia, da isonomia e da legalidade, levando a resultados opostos aos objetivos propagados pela Reforma.

As novas classes de servidores públicos

1. Contrato de Experiência.

Todo concurso público, seja por tempo determinado ou indeterminado, terá uma fase de *contrato de experiência*, na qual o servidor exercerá normal e plenamente suas funções, recebendo remuneração – certamente não integral – e será avaliado neste exercício. Porém, esta fase será classificatória – não apenas eliminatória de quem não alcançar rendimento satisfatório.

De modo que, certamente, apenas uma fração dos servidores-concursandos permanecerão no cargo ao final deste um ano ou mais de fase de testes.

Este aumento do risco e dos custos do processo seletivo tende a afastar candidatos que já estejam empregados, seja no setor público ou privado, em especial os de menor renda, com maior aversão ao risco de ficarem sem suporte financeiro em caso de reprovação.

Aqui a realidade se afasta de um dos valores exaltados na coletiva de imprensa de atrair jovens talentos com modalidades mais ágeis de contratação.

2. Contratos de tempo indeterminado

O regime mais amplamente utilizado tende a ser o contrato por termo indeterminado, voltado para as funções *ordinárias da administração*, como

carreiras administrativas, ou mesmo de áreas fins como saúde, educação, assistência social e demais.

Admitido após a aprovação em concurso, com no mínimo um ano de experiência, o servidor poderá ser demitido pelos casos já previstos (sentença judicial e processo administrativo disciplinar) como também exonerado por qualquer outro motivo que venha a ser previsto em lei ordinária. Pelo quanto anunciado, é de se prever que entre as razões estejam a obsolescência da atividade, redução da necessidade, ou mesmo ajuste das despesas públicas.

Além destes casos de extinção do cargo, é possível que a lei traga outras disposições com maior discricionariedade do gestor público, o que se nota pela criação da *vedação do desligamento por motivo político-partidário*, inserida no art. 41-A, §2º: É vedado o desligamento dos servidores de que trata o art. 39-A, caput, incisos I a IV, por motivação político-partidária.

Estes servidores poderão exercer outras atividades econômicas e acumular cargos públicos, bastando a demonstração da compatibilidade de horários, nos termos da lei ordinária.

3. Carreiras Típicas de Estado

O conceito de atividades típicas ou exclusivas de estado já constava do art. 247 da Constituição, inserido pela Emenda Constitucional 19/98, para estes cargos a Lei deveria prever proteções especiais, para além da estabilidade inerente ao RJU, segundo o art. 39.

Esta previsão nunca foi regulamentada, e agora propõe-se nova redação a este dispositivo, para que a estabilidade fique restrita a esta categoria de servidores, cujos integrantes serão dispostos em lei ordinária posterior.

O ingresso em carreiras típicas de estado será precedido de fase de experiência de, no mínimo, dois anos. Para alcançar a estabilidade deverá, ainda, exercer um ano no cargo, sempre pela avaliação de desempenho colegiada.

Estes servidores estarão sob o **regime da dedicação integral**, não podendo exercer outra atividade pública ou privada, salvo o magistério e profissão da área da saúde, estas com compatibilidade de horário.

Estão preservados de eventual redução proporcional de remuneração e jornada de trabalho (art. 37, §20). Com esta disposição, que deve ser acompanhada de outras na legislação sobre os contratos indeterminados, presume-se que àqueles será possível a redução de jornada e salários por imposição da Administração Pública.

4. Contratos de tempo determinado.

Os contratos por tempo determinado são uma profunda ampliação do atual contrato temporário.

No regime atual, a contratação temporária, é *excepcional*, em casos que o interesse público na **atividade também é provisório e a necessidade passageira** (art. 37, IX).

Segundo a proposta, a contratação por tempo determinado pode ocorrer independente da natureza da atividade (art. 39-A, II, §2º), as hipóteses constitucionais seriam ampliadas para atender:

1. I - necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralisação de atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço;
2. II - atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e
3. III - atividades ou procedimentos sob demanda.

O acúmulo transitório de serviço (I), já está previsto parcialmente no art. 2º, *i*, da Lei 8.745/93: *h*) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. A distinção, como se nota, é que

agora o aumento de demanda pode ser em qualquer atividade, independente da especialidade ou não da técnica utilizada.

Esta alteração foi objeto de tentativa de implantação através da Medida Provisória 922/2020 que caducou no Congresso Nacional por falta de apoio.

Na mesma linha a expressão *atividade ou procedimento sob demanda* se assemelha ao disposto nesta MP quanto a contratação de servidores temporários com remuneração sob demanda, por produtividade, encartada no art. 3º-C: “Art. 3º-C O contratado nos termos do disposto no art. 3º-A terá metas de desempenho e, conforme definido no edital de chamamento público, o pagamento será efetuado de acordo com: I - a produtividade, com valor variável, hipótese na qual a prestação de serviços poderá ser feita nas modalidades presencial, semipresencial ou teletrabalho.

Veja que não há vedação sequer da contratação temporária para atividades típicas de estado, que podem se enquadrar nas diversas hipóteses, agora constitucionalizadas. O vínculo precário, temporário, demissível hoje imotivadamente, pode ser a regra da Administração Pública, para as atividades mesmo mais sensíveis e contínuas do Estado.

Extinção de cargos, órgãos, autarquias e fundações por Decreto.

Outra mudança importante diz respeito à ampliação da capacidade do Presidente da República de modificar as estruturas do Poder Executivo, sem necessitar do aval do Congresso Nacional.

Pela redação atual (art. 84, VI), a Presidência pode extinguir cargos vagos e reorganizar órgãos, desde que não os extinga.

Com isto o Congresso Nacional pode impor limites à destruição de estruturas de Estado, mantendo um eixo mínimo de continuidade na Administração Pública. Esta não é uma atividade meramente protocolar, mas uma ferramenta democrática de controle do Executivo. Recentemente tivemos a Medida Provisória 870/2019, com a discussão sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e sua alocação junto ao Ministério da Economia ou da Justiça em um profundo debate sobre sigilo bancário e atividade policial.

Pela proposta, seria possível extinguir por decreto não apenas órgãos, mas fundações e autarquias. Estas entidades da Administração indireta são criadas por Lei e destacadas da União para contarem com maior autonomia financeira, administrativa e orçamentária, que são instrumentais para bem realizarem suas missões.

Nesta realidade as universidades federais – constitucionalmente autônomas (art. 207) – e tão atacadas nos últimos anos pelos incômodos que sua liberdade gera a governo despóticos, poderiam ser extintas em um simples decreto. O mesmo com agências reguladoras e institutos de pesquisa, por exemplo.

Contratos de Gestão e o Orçamento indiviso.

Com alterações no art. 37, 165 e 169, a Proposta repotencializa o Contrato de Gestão previsto no art. 37, §8º, com redação dada pela EC 19/98. Hoje trata-se de uma ferramenta de ampliação da autonomia gerencial, para diminuir a necessidade de autorização dos órgãos centrais para atividades

comezinhas de compras públicas ou gestão de pessoal. Vale lembrar que a lei de regulamentação federal nunca foi editada.

O novo cenário prevê a possibilidade de o contrato de gestão implicar em autonomia orçamentária plena ao órgão/entidade beneficiado. Para estes, a Lei Orçamentária Anual preveria rubrica única (art. 165, §16), cuja disposição interna é da liberdade da gestão do ente.

O contrato outorgaria, ainda, o direito de o órgão proceder diretamente às contratações **por prazo determinado, incentivando ainda mais esta modalidade precária** (art. 37, §8º, VI).

Ou seja, o Poder Executivo poderia, no limite, celebrar contratos de gestão *consigo mesmo* até na integralidade, dando autonomia aos seus órgãos para *receberem orçamento em branco*, reduzindo a capacidade do Congresso Nacional e da Sociedade de controlar a destinação das verbas públicas, em afronta à separação dos poderes (art. 1º, CR).

Verbas e afastamentos limitados

Sob a bandeira do *combate a privilégios*, a Proposta traz extensa listagem de verbas indenizatórias e regras remuneratórias que estariam vedadas para os novos servidores públicos, destaca-se:

4. XXIII - é vedada a concessão a qualquer servidor ou empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista de:
 5. a) férias, incluído o período de recesso, em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;
 6. b) adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;
 7. c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;
 8. d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente exclusivamente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada,

ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;

9. e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

10. f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

11. g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

12. h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço;

13. i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos, valores e parâmetros em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades; e

14. j) a incorporação, total ou parcial, da remuneração de cargo em comissão, função de confiança ou cargo de liderança e assessoramento ao cargo efetivo ou emprego permanente.

Graças à uniformidade do Regime Jurídico Único, a maior parte destas disposições já não se aplica aos servidores federais dos três poderes. As férias de 30 (trinta) dias da Lei 8.112/90 aplica-se a todos os civis dos três poderes. Destes, apenas o Poder Judiciário tem recesso regulamentado aos seus servidores, porém na forma de feriado forense (art. 62, I, da Lei 5010/1966). Sendo feriado, não é atingido por esta norma inócua.

Os únicos atingidos no âmbito federal seriam os professores universitários, classe com 45 (quarenta e cinco) dias de férias, nos termos do Decreto-Lei 465/1969, art. 8º. A modificação desta disposição, que poderia ser feita por lei ordinária, não traz qualquer economia significativa ou aumento na prestação de serviço público.

As categorias que de fato gozam de 60 (sessenta) dias de férias, porém, estão fora do escopo da proposta, magistrados e membros do Ministério Público.

O disposto nas demais alíneas, também não faz mais sentido no Poder Público Federal, onde o desenvolvimento nas carreiras é por progressão e promoção com critérios de avaliação e/ou capacitação; as licenças-prêmios e similares foram extintas e a licença-capacitação tem regras restritas e mesmo competição em muitos órgãos; apenas o efetivo exercício de cargo ou função em substituição por mais de 30 dias é remunerado; as indenizações previstas em lei estão regulamentadas e não existe incorporação de cargo comissionado.

Novamente, são cortinas de fumaça, pois se referem a práticas inerentes a membros de poder – do judiciário e ministério público – como as verbas de representação, as acumulações de comarcas e varas, e a indenização por auxílio-moradia paga indistintamente por decisão monocrática (já revogada) durante anos.

ANÁLISE FINAL

Esta primeira fase da Reforma Administrativa tem como meta central ampliar a discricionariedade do chefe de poder na condução da máquina pública. Antevê um cenário com liberdade orçamentária para cada órgão, dentro de limites gerais colocados pelo Congresso, compostos por servidores majoritariamente sem estabilidade, demissíveis por restrições ou recomposições orçamentárias, ou, no limite, pela vontade da chefia imediata.

Em paralelo, as atuais carreiras do serviço público definharam até a extinção, enquanto são substituídas por mão-de-obra rotativa, mais barata e precária, submissa a interesses políticos. Estes servidores, eternamente temporários, remunerados mesmo por tarefa, completarão a *uberização do serviço público*.

A dependência política dos servidores das carreiras que restarem também estará presente, pois a estabilidade inerente às carreiras de gestão dependerá da benevolência do Congresso em Leis de iniciativa privativa do Poder Executivo, aumentando a desigualdade no serviço público.

A partir do princípio da subsidiariedade e fortalecimento do contrato de gestão, as organizações sociais assumiram maiores quinhões do orçamento público, com muito menor controle sobre suas contratações de bens, serviços e pessoal. Práticas patrimonialistas de politização da coisa pública serão ainda mais frequentes.

Em paralelo, cada crise econômica verá a rescisão em massa de contratos de trabalho por tempo determinado ou indeterminado e das entidades privadas, com redução imediata na prestação dos serviços públicos nos momentos de sua maior necessidade.

Verdadeiramente, órgãos inteiros e de estado, como as Universidades e Agências Reguladoras podem ser extintas por ato imotivado e monocrático do chefe de poder, extinguindo, pela simples ameaça, a sua autonomia.

Ao contrário dos seus objetivos declarados de promover os melhores servidores e entregar mais serviços à população, a Reforma tende a fortalecer as piores práticas do clientelismo e patrimonialismo da Velha República, **desmontando o serviço público, sua capacidade de resposta a crises e sua continuidade e existência.**

Veja, em anexo, o texto ainda extra-oficial da Proposta de Emenda à Constituição.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Art. 1º A Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública, eficiência e subsidiariedade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, os vínculos e os empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da lei;

II-A - a investidura em cargo com vínculo por prazo indeterminado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, um ano em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

II-B - a investidura em cargo típico de Estado depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos;

b) cumprimento de período de, no mínimo, dois anos em vínculo de experiência com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

.....
.....

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público terá prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego público;

V - os cargos de liderança e assessoramento serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou técnicas;

.....
.....

XVI - é vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive a acumulação de cargos públicos, para os servidores ocupantes de cargos típicos de Estado ou durante o período do vínculo de experiência;

XVI-A - não se aplica a limitação do inciso XVI ao exercício da docência ou de atividade própria de profissional da saúde, com profissão

regulamentada, por ocupante de cargo típico de Estado, quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 39, **caput**, inciso VII;

XVI-B - é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos para servidores não ocupantes de cargos típicos de Estado, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 39, **caput**, inciso VII;

.....
.....

XXIII - é vedada a concessão a qualquer servidor ou empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista de:

a) férias, incluído o período de recesso, em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;

b) adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;

c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;

d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente exclusivamente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;

e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço;

i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos, valores e parâmetros em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades; e

j) a incorporação, total ou parcial, da remuneração de cargo em comissão, função de confiança ou cargo de liderança e assessoramento ao cargo efetivo ou emprego permanente.

.....
.....

§ 8º

.....
.....
.....
.....

IV - a possibilidade de contratação, mediante processo seletivo simplificado, de pessoal com vínculo por prazo determinado, com recursos próprios de custeio.

V - os procedimentos específicos para a contratação de bens e serviços;

VI - a gestão das receitas próprias;

VII - a exploração do patrimônio próprio;

VIII - o monitoramento e a avaliação periódica das metas de desempenho pactuadas no contrato; e

IX - a transparência e prestação de contas do contrato.

.....
.....

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou de inatividade decorrentes dos art. 42 e art. 142 com a remuneração de cargo ou emprego público, ressalvados os cargos acumuláveis na forma prevista nos incisos XVI-A e XVI-B do **caput**, os cargos eletivos, os cargos em comissão e os cargos de liderança e assessoramento.

.....
.....

§ 16. Os afastamentos e as licenças do servidor não poderão ser consideradas para fins de percepção de remuneração de cargo em comissão ou de liderança e assessoramento, função de confiança, gratificação de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias ou qualquer parcela que não tenha caráter permanente.

§ 17. O disposto no § 16 não se aplica aos afastamentos e às licenças previstos nesta Constituição e, nos termos da lei:

- I - ao afastamento por incapacidade temporária para o trabalho;
- II - às hipóteses de cessões ou requisições; e

III - ao afastamento de pessoal a serviço do Governo brasileiro no exterior sujeito a situações adversas no país onde desenvolva as suas atividades.

§ 18. Ato do Chefe de cada Poder disporá sobre os critérios mínimos de acesso aos cargos de liderança e assessoramento a que se refere o inciso V do **caput** e sobre a sua exoneração.

§ 19. Lei municipal poderá afastar o disposto no inciso XVI do **caput** no caso de Municípios com menos de cem mil eleitores.

§ 20. É vedada a redução da jornada e da remuneração para os cargos típicos de Estado.” (NR)

“Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos

e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o **caput**.

§ 2º Até que seja editada a lei federal a que se refere o § 1º, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão a competência legislativa plena sobre a matéria.

§ 3º A superveniência de lei federal sobre as normas gerais suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei estadual, distrital ou municipal.

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o **caput** não abrange as atividades privativas de cargos típicos de Estado.” (NR)

“Art. 39. Lei complementar federal disporá sobre normas gerais de:

I - gestão de pessoas;

II - política remuneratória e de benefícios;

III - ocupação de cargos de liderança e assessoramento;

IV - organização da força de trabalho no serviço público;

V - progressão e promoção funcionais;

VI - desenvolvimento e capacitação de servidores; e

VII - duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas nos termos do art. 37, **caput**, incisos XVI-A e XVI-B.

§ 1º A competência de que trata o **caput** não exclui a competência suplementar dos entes federativos.

§ 1º-A Até que seja editada a lei complementar de que trata o **caput**, os entes federativos exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 1º-B A superveniência da lei complementar de que trata o **caput** suspende, naquilo que lhe for contrário, a eficácia da lei federal, estadual, distrital ou municipal.

§ 1º-C O disposto no **caput** não se aplica aos membros de instituições e carreiras disciplinadas por lei complementar específica prevista nesta Constituição.

.....”

(NR)

“Art. 39-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico de pessoal, que compreenderá:

- I - vínculo de experiência, como etapa de concurso público;
- II - vínculo por prazo determinado;
- III - cargo com vínculo por prazo indeterminado;
- IV - cargo típico de Estado; e
- V - cargo de liderança e assessoramento.

§ 1º Os critérios para definição de cargos típicos de Estado serão estabelecidos em lei complementar federal.

§ 2º Os servidores públicos com o vínculo de que trata o inciso II do **caput** serão admitidos na forma da lei para atender a:

I - necessidade temporária decorrente de calamidade, de emergência, de paralisação de atividades essenciais ou de acúmulo transitório de serviço;

II - atividades, projetos ou necessidades de caráter temporário ou sazonal, com indicação expressa da duração dos contratos; e

III - atividades ou procedimentos sob demanda.

§ 3º O disposto no § 2º aplica-se à contratação de empregados públicos temporários.” (NR)

“Art. 40-A. Para fins de determinação do vínculo previdenciário dos servidores públicos, são segurados:

I - de regime próprio de previdência social os servidores com vínculo de experiência e os servidores de cargo com vínculo por prazo indeterminado ou de cargo típico de Estado de que tratam, respectivamente, os incisos I, III e IV do **caput** do art. 39-A; e

II - do regime geral de previdência social:

a) os agentes públicos a que se refere o art. 40, § 13, da Constituição;

b) os servidores com vínculo por prazo determinado; ou

c) os servidores admitidos exclusivamente para cargo de liderança e assessoramento.” (NR)

“Art. 41. Adquire a estabilidade o servidor que, após o término do vínculo de experiência, permanecer por um ano em efetivo exercício em cargo típico de Estado, com desempenho satisfatório, na forma da lei.

§ 1º O servidor público estável ocupante de cargo típico de Estado só perderá o cargo:

I - em razão de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado;

.....
.....

III - mediante avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada a ampla defesa.

§ 2º Na hipótese de invalidação por sentença judicial da demissão do servidor estável, ele será reintegrado, independentemente da existência de vaga.

.....
” (NR)

“Art. 41-A. A lei disporá sobre:

I - a gestão de desempenho; e

II - as condições de perda, no decorrer de todo o período de atividade, dos vínculos e dos cargos previstos:

a) no art. 39-A, **caput**, incisos I a III; e

b) no art. 39-A, **caput**, inciso IV, enquanto o servidor não houver adquirido estabilidade.

§ 1º Ato do Chefe do respectivo Poder poderá estabelecer perda do cargo público de que trata o inciso III do **caput** do art. 39-A em razão da obsolescência das atividades relativas às atribuições do cargo público, observado o disposto no **caput** do art. 37.

§ 2º É vedado o desligamento dos servidores de que trata o art. 39-A, **caput**, incisos I a IV, por motivação político-partidária.” (NR)

“Art.

42.

.....

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser estabelecido em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, § 9º, e do art. 142, § 2º ao § 4º, e caberá a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, e as patentes dos oficiais serão conferidas pelo respectivo Governador.

.....

.....” (NR)

“Art.

48.

.....

.....

.....

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicos, observado o que estabelece o art. 84, **caput**, inciso VI, alíneas “b”, “e” e “f”;

.....
” (NR)

“Art. 84.

.....
.....
.....
VI - quando não implicar aumento de despesa, dispor por meio de decreto sobre:

a) organização e funcionamento da administração pública federal;

b) extinção de:

1. cargos públicos efetivos vagos; e

2. cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão, cargos de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente, ocupados ou vagos;

c) criação, fusão, transformação ou extinção de Ministérios e de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, observado o disposto no art. 88;

d) extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional;

e) transformação de cargos públicos efetivos vagos, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente vagos ou ocupados, desde que seja mantida a natureza dos vínculos de que trata o art. 39-A; e

f) alteração e reorganização de cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições, desde que não implique alteração ou supressão da estrutura da carreira ou alteração da remuneração, dos requisitos de ingresso no cargo ou da natureza do vínculo;

.....

.....

XXV - prover os cargos públicos federais, na forma da lei;

.....

.

§ 1º O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, alínea “a”, XII e XXV aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

§ 2º A transformação de cargos vagos a que se refere a alínea “e” do inciso VI do **caput** poderá ocorrer, na hipótese de cargos típicos de Estado, dentro da mesma carreira.

§ 3º O disposto na alínea “f” do inciso VI do **caput** não se aplica aos cargos típicos de Estado.” (NR)

“Art. 88. Lei disporá sobre o número máximo de Ministérios, de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, de entidades da administração pública federal, observado o disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, e no art. 84, **caput**, inciso VI.” (NR)

“Art. 142.

.....

.....

.....

§ 3º

.....

.....
.....

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, **caput**, inciso XVI-A, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, **caput**, inciso XVI-A, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade e lhe será contado o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva e, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a reserva, nos termos da lei;

.....
.....

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, **caput**, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV e no art. 37, **caput**, incisos XI, XIII, XIV e XV;

.....
.....

§ 4º O militar da ativa poderá, na forma da lei, com prevalência da atividade militar e sem aplicação do disposto nos incisos II e III do § 3º, ocupar cargo ou emprego de atividade própria de profissional da saúde ou do magistério.” (NR)

“Art. 165.

.....
.....
.....

§ 16. A lei orçamentária poderá conter programações únicas e específicas para os fins do art. 37, § 8º, independentemente da classificação da despesa.” (NR)

“Art. 167.

.....

.....

.....

§ 6º A limitação de que trata o inciso VI do **caput** não se aplica ao remanejamento de recursos entre itens das despesas de que trata o art. 165, § 16.” (NR)

“Art. 173.

.....

§ 6º É vedado ao Estado instituir medidas que gerem reservas de mercado que beneficiem agentes econômicos privados, empresas públicas ou sociedades de economia mista ou que impeçam a adoção de novos modelos favoráveis à livre concorrência, exceto nas hipóteses expressamente previstas nesta Constituição.

§ 7º É nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.” (NR)

“Art. 201.

.....

§ 16. Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades terão o vínculo empregatício automaticamente extinto e serão aposentados

compulsoriamente ao atingir a idade de setenta e cinco anos, observadas as regras do regime geral de previdência social para a concessão e o cálculo do benefício previdenciário.” (NR).

“Art. 247. As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público investido em cargo típico de Estado.

.....”
(NR)

Art. 2º Ao servidor público investido em cargo efetivo até a data de entrada em vigor do regime jurídico de que trata o art. 39-A da Constituição é garantido regime jurídico específico, assegurados:

I - a estabilidade, após três anos de efetivo exercício e aprovação em estágio probatório;

II - a não aplicação do disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas “a” a “j”, da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente em 31 de agosto de 2020 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver alteração ou revogação da referida lei; e

III - os demais direitos previstos na Constituição.

§ 1º A avaliação de desempenho do servidor por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória e constitui condição para a aquisição da estabilidade.

§ 2º O servidor a que se refere o **caput**, após adquirir a estabilidade, só perderá o cargo nas hipóteses previstas no art. 41, § 1º, incisos I a III, e no art. 169, § 4º, da Constituição.

Art. 3º Não se aplica ao empregado da administração pública direta ou de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista contratado antes da entrada em vigor desta Emenda à Constituição o disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alíneas “a” a “j”, da Constituição na hipótese de haver lei específica vigente

em 1º de setembro de 2020 que tenha concedido os benefícios ali referidos, exceto se houver alteração ou revogação da referida lei.

Art. 4º As funções de confiança, os cargos em comissão e as gratificações de caráter não permanente existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição serão gradualmente substituídos pelos cargos de liderança e assessoramento a que se refere o art. 37, caput, inciso V, da Constituição, nos termos de ato do Chefe de cada Poder.

Parágrafo único. Ficam mantidas as regras para a ocupação e concessão dos cargos em comissão, das funções de confiança e das gratificações a que se refere o **caput**, conforme ato do Chefe de cada Poder, até a efetiva substituição pelos cargos de liderança e assessoramento.

Art. 5º Poderão manter os vínculos existentes na data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, se houver compatibilidade de horário e observado o disposto no art. 37, **caput**, inciso XI, da Constituição, os servidores e os empregados públicos que acumulem:

I - dois cargos ou empregos públicos de professor;

II - um cargo de professor com um cargo técnico ou científico; ou

III - dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Art. 6º As parcelas indenizatórias pagas em desacordo com o disposto no art. 37, **caput**, inciso XXIII, alínea “i”, da Constituição ou instituídas apenas em ato infralegal ficam extintas após dois anos da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição.

Art. 7º Não serão aplicadas as disposições do § 16 do art. 37 da Constituição antes da entrada em vigor da lei a que se refere o § 17 do mesmo artigo.

Art. 8º Aplica-se o disposto no § 16 do art. 201 da Constituição:

I - aos atuais empregados públicos que exerçam atividades na administração pública direta, autárquica e fundacional; e

II - aos empregados públicos que, na forma da legislação vigente no âmbito do ente federativo, ingressarem na administração pública direta, autárquica e fundacional antes da data de entrada em vigor do regime jurídico de que trata o art. 39-A da Constituição.

Art. 9º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular, por meio de lei complementar publicada no prazo de dois anos, contado da data de entrada em vigor desta Emenda à Constituição, os servidores que vierem a ser admitidos para cargo com vínculo por prazo indeterminado, nos termos do inciso III do **caput** do art. 39-A, inclusive durante o vínculo de experiência, ao regime geral de previdência social, em caráter irrevogável.

Parágrafo único. A vinculação de que trata o **caput** não afasta o direito dos servidores à vinculação ao regime de previdência complementar, na forma do art. 40, § 14, da Constituição.

Art. 10. Ficam revogados os seguintes dispositivos da Constituição:

I - do **caput** do art. 37:

- a) o inciso IX; e
- b) as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI;

II - do art. 39:

- a) os incisos I, II e III do § 1º; e
- b) o § 5º;

III - o § 4º do art. 41;

IV - o § 3º do art. 42;

V - o inciso XI do **caput** do art. 48; e

VI - o parágrafo único do art. 84.